
Gênero e poder: Máximo Gorki e a nova mulher revolucionária

*Joana El-Jaick Andrade**

Resumo: As profundas transformações sociais, políticas e econômicas em processo na Europa, no final do século XIX e início do século XX, decorrentes da incipiente expansão das relações de produção capitalista, afetaram indelevelmente inúmeros aspectos da vida privada. Impressionado com o relevante papel desempenhado pelas militantes socialistas durante o período de ebulição revolucionária na Rússia, Máximo Gorki produziu obras permeadas de personagens femininas que fogem do modelo convencional de heroínas. O trabalho em questão pretende analisar as diversas representações da “mulher revolucionária” na obra de Gorki – particularmente no romance *A Mãe*, escrito em 1907 – reconhecendo as transformações introduzidas na concepção tradicional de mulher.

Palavras-chave: literatura russa, socialismo, feminismo.

Abstract: The profound social, political and economic transformations developed in Europe in the late nineteenth century and beginning of the twentieth century, originated from the burst of new capitalistic relations of production affected a great number of aspects in private life. Impressed with the relevant roll played by the female socialist militants during the revolutionary period in Russia, Máximo Gorki wrote many novels with feminine characters which did not correspond to the conventional model of women. The paper intends to analyze the different representations of the “revolutionary woman” in Gorki’s work – particularly in the novel “The mother”, written in 1907, in order to discover the changes in the traditional conception of women.

Key words: Russian literature, socialism, feminism.

* Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP/FFLCH); professora substituta no Colégio de Aplicação da Universidade do Rio de Janeiro (CAP/UFRJ). *E-mail:* joanandrade@uolcom.br

As profundas transformações econômicas, políticas e sociais em processo na Europa, no final do século XIX e início do século XX, decorrentes da expansão industrial e da hegemonização das relações de produção capitalistas, afetaram indelevelmente inúmeros aspectos da vida privada. O crescimento das cidades, o surgimento de novas técnicas de produção, a ruína dos pequenos camponeses e o crescimento da indústria doméstica ou “no domicílio”, elevaram o grau de insegurança dos trabalhadores e provocaram a rearticulação das relações sociais e da organização tradicional da família.¹ Neste sentido, o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho, conforme observado por Engels em “A situação da classe operária na Inglaterra”, de 1844, deve ser compreendido como um aspecto social relevante vinculado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A despeito da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, sua opressão e dominação no âmbito familiar e sua exclusão na esfera pública persistiam nos diversos países.² Como Geoff Eley atenta, “a industrialização não subverteu tanto os velhos padrões de subordinação feminina, mas antes, os reproduziu de novas formas”. (ELEY, 2005, p. 48). À exploração das mulheres em profissões precarizadas, serviços domésticos, indústrias de suadouro e trabalhos informais, somou-se a desvalorização social refletida nos níveis inferiores de salário, na sujeição à autoridade masculina paterna e marital e na dificuldade de sua integração a associações políticas e sindicais.

A forte resistência encontrada no meio operário à incorporação das mulheres refletia não apenas o apego a valores tradicionais e a preocupação com a dissolução ou o arrefecimento dos laços familiares, mas sobretudo uma reação ao que representaria – sob a ótica masculina – uma invasão de um espaço predominantemente dominado por homens e uma ameaça à sua própria identidade. Com efeito, além da miséria, exploração e reificação, típicas da sociedade burguesa, as trabalhadoras enfrentavam ainda a tirania familiar e os entraves impostos por relações de dependência material, política e psicológica.

Tal situação conduziu a uma forma particular de inserção das mulheres nas fileiras do movimento operário. Ao mesmo tempo em que procuravam engajar-se nos órgãos e nas instituições de classe, exigindo a inclusão de suas demandas à pauta reivindicatória, constituíam grupos exclusivamente femininos que se debruçavam sobre questões específicas das mulheres. Esta orientação manifestou-se, inclusive, no cerne do movimento socialista, entrando em contradição com o princípio segundo

o qual a luta pela emancipação da mulher seria indissociável da luta de classes, pois aquela seria parte integrante de um projeto mais amplo e radical de igualdade que visa a acabar com todas as formas de opressão.³ Sob este prisma, portanto, somente a transformação revolucionária da sociedade – a abolição da exploração capitalista e a construção de uma ordem social socialista – poderia dar origem a um sistema verdadeiramente igualitário, que conferisse validade e efetividade aos preceitos legais que na sociedade burguesa só possuem existência formal.

Assim, como afirmara Rosa Luxemburgo, a luta de classes proletária ampliou os horizontes das mulheres trabalhadoras “tornando suas mentes flexíveis, desenvolvendo seu pensamento e apontando para o grande objetivo a que deveriam dirigir seus esforços”. (LUXEMBURG, 2006).⁴ Desta forma, segundo a autora, o socialismo teria conseguido proporcionar o “renascimento” da massa de mulheres proletárias. Tal renascimento implicaria o questionamento da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa, a ruptura com os valores tradicionais religiosos e patriarcais, a rejeição da moral burguesa, o reconhecimento do seu direito de voto, associação e expressão, o anseio pela conquista de sua independência econômica e a luta pela construção de sua individualidade, através do seu livre-desenvolvimento intelectual e profissional.

Ao colocarem em questão as relações de gênero e de classe presentes na ordem burguesa, partindo em defesa da reformulação do papel feminino, uma nova concepção de mulher passou a emergir. Michelle Perrot aponta algumas especificidades destas mulheres, que, em sua visão

não são nem passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história [...]. Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos. Na cidade, até mesmo na fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que frustram a racionalidade do poder e estão diretamente enxertadas em seu uso próprio do espaço e do tempo. (PERROT, 2005, p. 222).

A revolucionária russa Alexandra Kolontai foi uma das primeiras teóricas a identificar o surgimento, nas décadas de 1870 e 1880, deste novo tipo de mulher, forjado “na luta pesada da necessidade vital”, cujo perfil psicológico diferiria completamente dos anteriormente conhecidos: “uma mulher com novas necessidades e emoções, plena de luminosidade e encanto”. (KOLONTAI, 2005, p. 44). Tais mulheres enfrentariam “a

velha e decadente ordem da vida”, através da ação, da luta e do “trabalho construtivo”. (KOLONTAI, 2005, p. 173). Deste modo, criariam condições para a conquista de sua completa independência e para a livre-formação de sua personalidade, com base no princípio da camaradagem e da solidariedade.

O despertar da consciência da comunidade de interesses constituiria laços sentimentais e espirituais entre os membros da classe trabalhadora, uma sensibilidade recíproca que se manifestaria através de uma “unidade de ação e de vontade na criação comum”:

A tarefa da ideologia proletária não é, pois, separar das suas relações sociais o amor mas dar-lhe novo colorido. Ou seja, visa desenvolver o sentimento do amor entre os sexos, baseado na mais nova e poderosa força: a solidariedade fraterna. (KOLONTAI, 2005, p. 158).

As “novas mulheres revolucionárias”, originadas de diferentes classes sociais, possuiriam, assim, visão de mundo e prática política substancialmente distintas das gerações passadas, estando imersas na luta revolucionária como legítimos sujeitos do processo histórico. Embora a participação feminina estivesse presente nos movimentos insurrecionais desde os séculos XVII e XVIII, sendo vista como potencialmente influente sobre os acontecimentos históricos, e uma nova identidade coletiva já estivesse em vias de formação através da atuação de novas associações e porta-vozes dos direitos das mulheres – como Mary Wollstonecraft⁵ e John Stuart Mill⁶ – em meados do século XIX as mulheres tornam-se igualmente figuras em evidência no espaço político, competindo inclusive com os homens (“camaradas”) pela liderança do movimento socialista. Passam a clamar pela redefinição radical de poder nos espaços público e privado como parte de um projeto de refundação da sociedade sobre novas bases, de forma a eliminar todas as formas de opressão e superar relações sociais hierarquizadas construídas historicamente.

Diante desta descoberta, Kolontai dirige a escritores e poetas, incluindo “os grandes talentos do século XIX”, como Flaubert e Tolstói, contundentes críticas, pelo fato de omitirem de suas obras esta “nova mulher”, não sentindo a “necessidade de substituir a graça sedutora de suas heroínas pelas qualidades características da nova mulher em formação”. (KOLONTAI, 2005, p. 75).

Diferentemente de outros literatos de seu tempo, Máximo Gorki,⁷ escritor russo de origem proletária, conseguiu assimilar e traduzir esta nova realidade. De acordo com Alexandra Kolontai, “os traços psicológicos isolados, característicos da nova mulher, se encontram nas heroínas de Gorki muito mais freqüentemente do que nos outros escritores russos”, pois “sua alma sensível de artista, aberta à realidade futura, sabe apoderar-se com muito mais facilidade do que a dos outros escritores, dos traços que escapam aos olhos dos demais e que se encontram mais estreitamente ligados à sociedade capitalista”. (KOLONTAI, 2005, p. 25).

Impressionado com o relevante papel desempenhado pelas militantes socialistas durante o período de ebulição revolucionária na Rússia, em 1905, o escritor produziu obras permeadas de personagens femininas que fogem ao modelo convencional de heroínas, apresentadas ora como criaturas enganadas e resignadas, de natureza dócil, passiva e melancólica, ora como seres sedutores, cuja satisfação de sua sexualidade as coloca em confronto com a moral vigente. Michele Perrot apresenta eloqüentemente os mitos e as imagens que cercam a figura feminina no século XIX:

Às vezes é a mulher fogo, devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, calcinando as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, que a psicanálise, guardiã da paz das famílias, colocará na categoria de neuróticas; filhas do diabo, mulher louca, histérica, herdeira das feiticeiras de antanho. [...] Outra imagem, contrária: a mulher água, fonte de frescor para o guerreiro, de inspiração para o poeta, rio sombreado e tranquilo onde podemos nos banhar, onda lânguida cúmplice dos almoços sobre a relva; mas também água dormente, lisa como um espelho, estagnada como um belo lago submisso; mulher doce, passiva, amorosa, quieta, instintiva e paciente, misteriosa, um tanto traidora, sonho dos pintores impressionistas... Mulher terra, enfim, aquela que alimenta, a fecunda, planície que se deixa apalpar e fustigar, penetrar e semear, onde se fixam e se enraízam os grandes caçadores nômades e predadores; mulher estabilizadora, civilizadora, apoio dos poderes fundadores, soco da moral [...]. (PERROT, 2005, p. 199-200).

Uma análise das diversas representações da “mulher revolucionária” contidas na obra de Gorki – particularmente no romance *A Mãe*, escrito em 1907 – permitem-nos reconhecer as transformações introduzidas na concepção tradicional de mulher, relacionadas à sua visão de mundo

e prática política socialistas. Seguindo um estilo realista, Gorki procura apresentar a vida de uma família operária da cidade de Sormovo, na Rússia, composta por um trabalhador fabril, Piotr Zalomov (Pavel), e sua mãe, Anna Kirilovna Zaomova (Nilovna).

O romance nos leva a acompanhar o processo de transformação de Pavel em líder revolucionário, sob o ponto de vista de sua mãe. Esta, por sua vez, uma mulher simples, sofrida e sem instrução, a medida que vive e se envolve na luta de seu filho, vai paulatinamente desenvolvendo sua própria consciência de classe e se engajando na causa socialista.

A representação da mãe ao longo da obra, a descrição de sua trajetória e do processo de identificação com o movimento revelam a preocupação do autor – igualmente presente nos partidos socialistas – em atrair uma considerável parcela feminina da classe trabalhadora que ainda via com profunda desconfiança as organizações socialistas, seja devido ao receio de retaliações por parte da polícia e dos patrões, seja devido à forte influência da Igreja.

É interessante notar, no entanto, que o autor apresenta o processo de formação de uma identidade e solidariedade de classe ressaltando o aspecto dialético de aprendizagem a partir da experiência e do estabelecimento de uma gama de interações sociais – afastando, assim, a idéia de um vanguardismo operário “masculino”. Os contatos sociais estabelecidos por Nilovna, em princípio à contragosto, e as situações vivenciadas em função de seu ingresso na luta contribuiriam para a “espontânea” constituição de uma nova visão de mundo livre, crítica e independente, que conferiria novo significado aos eventos passados experimentados pela personagem. Deste modo, Nilovna vai progressivamente construindo sua própria concepção de socialismo, que, em seu entendimento ganha *nuances* quase-religiosas, assemelhado a um cristianismo social – nos moldes de uma Teologia da Libertação – aspecto que manifesta as inclinações do próprio autor, membro de um grupo religioso denominado “Construtores de Deus”.

O contato de Nilovna com os mais diversos personagens, sua contaminação pelo entusiasmo dos militantes e sua participação ativa na luta revolucionária lhe possibilitam reinterpretar e redimensionar sua própria vida e seu relacionamento com seu filho. A identidade de classe, portanto, em lugar de ser um fator de enfraquecimento e desagregação de laços familiares, reforça-os e aproxima os dois personagens, na medida em que promove melhor entendimento e compreensão da situação particular de cada um frente à totalidade. Com

efeito, ao invés de obliterar a identidade feminina (de gênero) e materna, a identidade de classe promoverá a sua integração como parte significativa na composição da personalidade do agente, além de fazer expandir os vínculos afetivos para além do círculo familiar.

Esta nova “dimensão familiar” cujos laços afetivos transcendem os tradicionais vínculos biológicos ou legais, presente na obra de Gorki, possui estreita relação com a concepção apresentada por Kolontai do “amor camaradagem”, constituído por um profundo sentimento de solidariedade de classe que confere coesão e força à classe trabalhadora, preparando o terreno para a instituição de uma nova sociedade sob o regime comunista.

Ao longo do texto podemos identificar ainda uma série de outras figuras femininas representantes da “nova mulher revolucionária” que passam a redefinir seu papel social ao transitar do lar à esfera pública, atuando como sujeitos políticos autônomos, através de sua militância. Sua mentalidade e reivindicações relampejam em alguns momentos da obra, levando à tona a crítica ao casamento e ao modelo de família burguesa, o questionamento da doutrina oficial da Igreja e das instituições eclesásticas, a oposição à autoridade e ao domínio masculino sobre as mulheres, a participação ativa das mulheres no movimento socialista e seu enfrentamento com a polícia, a contestação de costumes e valores tradicionais – através do apelo à reforma educacional e à defesa da liberdade sexual –, bem como a ênfase na emancipação política.

Por fim, cabe ressaltar que o paradigma da “nova mulher revolucionária”, representante da nova postura assumida por grupos de mulheres no final do século XIX e início do século XX, atingiu seu auge na Rússia durante a década de 20. A Revolução de 1917, testemunhou uma nova onda de radicalização das mulheres, que conseguiram levar adiante um extenso rol de reivindicações vinculadas à questão de gênero. Neste contexto, uma vez vitoriosa a revolução, tratava-se não apenas de concretizar seus ideais de igualdade, há muito tempo prometidos, mas também de expandir o movimento das mulheres trabalhadoras no âmbito internacional, como forma de auxiliar a propagação da revolução socialista nos demais países da Europa.

Como Lenin observou, em discurso de 22 de fevereiro de 1920, “existe uma longa distância entre igualdade na lei e igualdade na vida; para que as mulheres trabalhadoras alcancem a igualdade em relação aos homens é fundamental que cada vez mais tomem parte na administração dos negócios públicos e do Estado”. E completa com a afirmação de que

“o proletariado não conseguirá alcançar a completa liberdade a não ser que alcance a completa liberdade para as mulheres”.⁸ Neste sentido, apenas entre 1917 e 1930 foram criados 301 decretos e resoluções do partido concernindo à mulher – incluindo a legislação sobre o divórcio, o casamento civil, a igualdade entre marido e mulher, a igual remuneração para ambos os sexos, o acesso da mulher à terra, a legalização do aborto, além do Código de Família Russo, de 1926, que trazia o reconhecimento dos casamentos *de facto* e a igualdade de condições entre filhos legítimos e ilegítimos. (ELEY, 2005, p. 229).

Contudo, a partir da década de 1930, o avanço nas questões femininas estagnou, ou mesmo sofreu um retrocesso. Visando a angariar o apoio de setores conservadores, muitas medidas foram revogadas pelo governo, sendo que nos 30 anos seguintes apenas três leis versavam sobre reivindicações femininas. (ELEY, 2005, p. 130). Assim, a luta feminista ficou relegada a segundo plano, e a participação ativa das massas trabalhadoras foi desincentivada. Quando muito, o governo voltava-se para políticas de caráter assistencialista, em nome da promoção do bem-estar da família.

Apesar de a luta pela emancipação feminina assumir novos contornos na atualidade, influenciada pela concepção pós-moderna e pela sua desvinculação com a categoria de classe social, as perspectivas contemporâneas de luta feminina e sua articulação com os novos movimentos sociais tornam a concepção da mulher como sujeito político autônomo e transformador extremamente relevante e necessária, pelo simples fato de suas reivindicações ainda estarem longe de ser satisfeitas. Luta contra a precarização e informalização do trabalho, ampliação da representação política nas várias esferas de poder, reformulação da política educacional, liberação sexual e direitos reprodutivos, articulação entre associações de mulheres e sindicatos: eis alguns dos desafios que as mulheres ainda deverão enfrentar.

Notas

¹ Segundo Michele Perrot, em 1906, o trabalho industrial absorveria apenas uma pequena parte da mão-de-obra feminina da Europa, somente 25%, enquanto 36% estariam empregadas em trabalhos à domicílio e 17% em trabalhos domésticos. As demais estariam empregadas no setor terciário. (PERROT, 2005, p. 195).

² Cabe lembrar que o sufrágio feminino só foi estabelecido antes de 1914 em parte dos Estados Unidos, na Nova Zelândia (1893), Austrália (1903), Finlândia (1906) e Noruega (1913). (ELEY, 2005, p. 46).

³ De acordo com Marx e Engels há uma inter-relação entre a dominação de classe e a dominação de gênero, no âmbito da família, de forma que a superação de ambas só poderá ocorrer a partir da profunda e radical transformação social, mediante a socialização dos meios de produção: “A família individual moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher [...] é o homem que, na maioria dos casos, tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na

família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado.” (ENGELS, 2000, p. 80).

⁴ Discurso de 12/05/1912 (LUXEMBURG, Rosa. *Women's suffrage and class struggle*. Disponível em: www.marxists.org).

⁵ Em 1792, Mary Wollstonecraft teve seu livro *Reivindicação dos direitos da mulher*, publicado na Inglaterra.

⁶ A obra de John Stuart Mill *A sujeição das mulheres* é considerada, igualmente uma das mais influentes da história do feminismo. (GONÇALVES, 2006, p. 22).

⁷ Máximo Gorki (1868-1936), cujo nome de batismo era Alexis Maximovitch Pechkov, nasceu em Nijni-Novgorod, tendo ficado órfão aos 7 anos de idade. Possuía origem burguesa, mas em razão da ruína de sua família precisou trabalhar desde cedo. Seus principais romances são *Malva* (1897), *Forma Gordeiev* e *Vinte e seis homens e u'a moça* (1899), *Os Três* (1900), *A Mãe* (1907), *A cidade de Okurov* (1909) e *A vida de Matvey Kozemjakin* (1910). Cf. FREI BETTO. *Gorki e as malhas do poder*. In: GORKI, Máximo. *A Mãe*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

⁸ LENIN, V. *To the working women*. Disponível em: www.marxists.org.

Referências

- ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.
- BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. *Revista Crítica Marxista*, n. 11, p. 76-88, 2000.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Escala, 2000.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GORKI, Máximo. *A Mãe*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.
- RODRIGUES, Jessita Martins. *A mulher operária: um estudo sobre tecelãs*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- ROWBOTHAM, Sheila. *Feminismo y revolución*. Madrid: Debate, 1978.
- THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2005.

Artigo recebido em setembro de 2006. Aprovado em outubro de 2006.